



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO ALTO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SAÚDE E HIGIENE DE SÃO SEBASTIAO DO ALTO

TERMO DE REFERENCIA 16/2024

Informações básicas:

Solicitante: Secretaria de Saúde e Higiene de São Sebastiao do Alto

Categoria: Licitação própria por pregão sob forma eletrônica

1-CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO/ DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços de exames de diagnóstico por imagem, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento; Os exames de imagem são para fins de diagnóstico e prognóstico, prevenção para inúmeras doenças e que podem colaborar para tratamentos de pacientes. Os exames listados abaixo foram considerados desertos no último pregão, portanto se faz necessária a repetição.

Nº	CÓDIGO SUS	EXAME	QUANTIDADE 2024	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	NÃO ENCONTRADO SIGTAP	AUDIOMETRIA DE TRONCO CEREBRAL COM SEDAÇÃO	15	2333,3333	35000,000
2	020101054-2	BIÓPSIA PERCUTANEA (CORE BIÓPSIA DE MAMA POR AGULHA GROSSA ORIENTADA POR USG)	30	481,7500	14452,500
3	020101054-2	BIÓPSIA PERCUTANEA (PULSÃO ASPIRATIVA DE MAMAS)	30	324,2500	9727,500
4	020101054-2	BIÓPSIA PERCUTANEA (PULSÃO ASPIRATIVA DE TIREOIDE)	30	326,7500	9802,500
5	02.01.01.041-0	BIÓPSIA PERCUTANEA (US PRÓSTATA TRANSRETAL COM BIÓPSIA)	30	543,2025	16296,080
6	020801007-6	CINTILOGRAFIA SINCRONIZADA DE CAMADAS CARDIACAS EM SITUAÇÃO DE ESFORÇO	30	214,8500	6445,500
7	02.05.01.003-2	ECOCARDIOGRAMA (ECOCARDIOGRAFIA)	50	231,3100	11565,500
8	021105002-4	ELETROENCEFALOGRAMA EM VIGILIA E SONO ESPONTANEO C/ OU S/ FOTOESTIMULO (EEG)	50	205,3350	10266,750



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO ALTO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SAÚDE E HIGIENE DE SÃO SEBASTIAO DO ALTO

9	021105005-9	ELETROENCEFALOGRAMA QUANTITATIVA C/ MAPEAMENTO (EEG)	60	236,0000	14160,000
10	02.11.05.003-2	ELETROENCEFALOGRAMA EM SONO INDUZIDO /* OU SEM MEDICAMENTO EEG	50	196,2500	9812,500
11	021105008-3	ELETRONEUROMIOGRAFIA (ENMG)	150	344,2500	51637,500
12	02.09.01.003-7	ENDOSCOPIA-ESOFAGOGASTRODUODENOSCOPIA	100	48,1600	4816,000
13	NÃO ENCONTRADO NO SIGTAP	ESPIROMETRIA	15	350,0000	5250,000
14	02.09.03.001-1	HITEROSCOPIA BIOPSIA	30	1788,2500	53647,500
15	021102004-4	MONITORIAMENTO PELO SISTEMA HOLTER 24 HS (3 CANAIS)	100	182,0000	18200,000
16	021102005-2	MONITORIZAÇÃO AMBULATORIAL DE PRESSÃO ARTERIAL (M.A.P.A.)	100	171,6783	17167,830
17	020402004-2	RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP+LATERAL+TO/FLEXÃO)	50	122,0475	6102,380
18	020402006-9	RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA	50	95,2400	4762,000
19	020402009-3	RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACICA (AP + LATERAL)	40	104,7875	4191,500
20	02.04.02.010.7	RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACO-LOMBAR	45	106,5766	4795,950
21	02.04.06.017-6	RADIOGRAFIA MEMBRO INFERIOR	50	133,0966	6654,830
22	02.04.04.006-0	RADIOGRAFIA DE CLAVICULA	50	83,3500	4167,500
23		RADIOGRAFIA MEMBRO SUPERIOR	50	180,0000	9000,000
24	020702001-9	RESSONANCIA MAGNÉTICA DE CORAÇÃO / AORTA C/CINE	20	1053,7500	21075,000
25	021102006-0	TESTE DE ESFORÇO/ TESTE ERGOMÉTRICO	100	188,0000	18800,000
26	02.11.06.028-3	TOMOGRAFIA COERENCIA OPTICA	30	48,0000	1440,000



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO ALTO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SAÚDE E HIGIENE DE SÃO SEBASTIAO DO ALTO

27	02.05.02.004-6	ULTRASSONOGRAMA DE ABDOMEM TOTAL	50	174,7437	8737,190
28	020502005-4	ULTRASSONOGRAMA DE APARELHO URINARIO	100	131,3142	13131,420
29	02.05.02.006-2	ULTRASSONOGRAMA DE ARTICULAÇÃO	20	125,7000	2514,000
30	02.5.02.007-0	ULTRASSONOGRAMA BOLSA ESCROTAL	50	132,3666	6618,330
31	02.05.02.010-0	ULTRASSONOGRAMA DE PROSTATA VIA ABDOMINAL	50	134,0333	6701,670
32	02.05.01.004-0	ULTRASSONOGRAMA DOPPLER COLORIDO DE VASOS	350	251,9200	88172,000
33	02.05.02.009-7	ULTRASSONOGRAMA MAMAS	100	162,3666	16236,660
34	020502014-3	ULTRASSONOGRAMA OBSTETRICA	60	172,3666	10342,000
35	020502015-1	ULTRASSONOGRAMA OBSTETRICA C/ DOPPLER COLORIDO E PULSADO	100	209,9000	20990,000
36	02.05.02.016-0	ULTRASSONOGRAMA PELVICA	50	129,0333	6451,670
37		POLISSONOGRAMA	50	863,3333	43166,670
38	02.05.02.012-7	ULTRASSONOGRAMA TIREOIDE	50	143,2000	7160,000
39	02.05.02.013-5	ULTRASSONOGRAMA TORAX	30	108,5500	3256,500
40	02.05.02.017-8	ULTRASSONOGRAMA TRANSFONTONELA	30	113,5500	3406,500
41	020502018-6	ULTRASSONOGRAMA TRANSVAGINAL	150	139,0333	20855,000

626.976,43

1.2. Os serviços desta contratação são caracterizados como comuns.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados a partir da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado caso os valores ainda estejam sendo vantajosos para o órgão.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras a serem aplicadas.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se em tópico no Estudo Técnico preliminar anexo.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO ALTO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SAÚDE E HIGIENE DE SÃO SEBASTIAO DO ALTO

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 Diante das alternativas apresentadas, analisando as vantagens e desvantagens de cada uma, entende-se que a melhor solução é a realização de licitação própria, através de pregão eletrônico e ata de registro de preços, que traz maior benefício, como redução de custos e melhor gerenciamento do contrato.

3.2. Em relação a solução, no momento opta-se pela contratação da empresa em detrimento do credenciamento, visto que ser a opção utilizada pela Secretaria nos últimos anos e que atende as necessidades. Porém a Secretaria não descarta a possibilidade de abertura de credenciamento de empresas em próximas oportunidades durante os 12 meses de vigência do contrato a ser licitado.

4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Os quantitativos acima são estimados, seguindo a memória de cálculo dos anos anteriores, porém não há garantia que todos os exames serão realizados em sua totalidade.

4.2. Não deverá haver restrição para os dias e horários para realização dos exames, permitindo assim uma maior flexibilidade para os pacientes.

4.3. Prazo e critérios de pagamentos serão detalhados no Termo de Referência.

4.4 A utilização do sistema de registro de preços propiciará a redução de custos. A ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data da sua publicação

4.5 A empresa deverá ofertar o serviço fornecendo todos os materiais necessários para a execução dos serviços.

4.6. Obrigações específicas da Contratada serão detalhadas no Termo de Referência.

4.7. A modalidade escolhida foi pregão, em sua forma eletrônica.

4.8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. Deverá ser apresentado o atestado de capacidade técnica.

4.9. Alvará sanitário vigente, emitido pela autoridade municipal, estadual ou federal competente, com indicação do Responsável Técnico;

4.10. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

4.11 A empresa deverá estar localizada a no máximo 90 km da sede do município, visto que viagens muito longas podem acarretar prejuízo a saúde dos pacientes, principalmente idosos e que o custo com transporte a distancias maiores que a citada torna-se inviável para a secretaria.

5- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

5.1 Fornecer a CONTRATADA, na medida do possível, todos os documentos (originais ou cópias autenticadas) e informações solicitadas por esta, com o intuito de melhor instruir os trabalhos que serão realizados;

5.2. Enviar a empresa a nota de empenho para que possa iniciar a realização dos exames.

5.3. Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução dos serviços propostos, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, acerca de qualquer alteração na administração, endereço de cobrança e local de prestação dos serviços;

5.4 Efetuar o pagamento pelos serviços prestados, nos termos do disposto neste instrumento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO ALTO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SAÚDE E HIGIENE DE SÃO SEBASTIAO DO ALTO

5.5 Comunicar por escrito a CONTRATADAS quaisquer irregularidades observadas na execução dos serviços contratados.

6- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. Cumprir obrigações decorrentes de portarias dos órgãos fiscalizadores, higiene e manutenção de equipamentos utilizados na prestação dos serviços contratados, bem como a escolha e a cautela exigida aos procedimentos a serem adotados;
- 6.2. Trabalhar em harmonia com todo o quadro funcional da Secretaria de Saúde.
- 6.3. Manter, durante a vigência deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na elaboração do contrato e informar ao CONTRATANTE qualquer alteração delas;
- 6.4. Manter a quantidade de profissionais necessários à adequação da demanda dos serviços descritos neste contrato e arcar com todas as despesas incidentes, mão de obra e materiais.
- 6.5. Prestar os serviços com todos os equipamentos da contratada em boas condições.
- 6.6. Estar em dia com Alvará Sanitário, Alvará de Localização, Registro junto aos Conselhos Regionais Profissionais, emitidos pelos órgãos competentes, bem como os demais documentos que poderão ser exigidos pelo CONTRATANTE e sob responsabilidade do responsável técnico;
- 6.7. Manter durante toda a execução do contrato a compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, bem como, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei, apresentando, sempre que solicitado: Certidões negativas Municipal, Estadual, Certidão Negativa de Débitos Previdenciários, Certificado de Regularidade de FGTS, Certidão Negativa Conjunta da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, dentre outras que venham a ser solicitadas;
- 6.8. A empresa deverá estar localizada a no máximo 90 km da sede do município, visto que viagens muito longas podem acarretar prejuízo a saúde dos pacientes, principalmente idosos e que o custo com transporte a distâncias maiores que a citada torna-se inviável para a secretaria.
- 6.9. A Contratante pagará apenas o valor correspondente aos serviços comprovadamente executados e aceitos por ela.
- 6.10. A CONTRATADA deverá emitir nota fiscal, na qual deve constar expressamente, o nome da unidade de saúde, assim como os dados bancários.
- 6.11. Os pagamentos serão realizados até o dia 30 (trinta) do mês subsequente à prestação do serviço, desde que atendidas as condições previstas nesta cláusula.
- 6.12. O prazo de vigência do presente instrumento é um ano a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

7. MODELO DE EXECUÇÃO

7.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO ALTO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SAÚDE E HIGIENE DE SÃO SEBASTIAO DO ALTO

7.1.2 Início da execução do objeto: a partir da assinatura do contrato e envio da ordem de serviços.

7.1.3 Descrição da rotina: A nota de empenho de serviço será enviada para a empresa, a funcionária responsável por agendamento de exames na secretaria entrará em contato via e-mail ou telefone, para agendamento prévio dos exames solicitados.

7.2 Local e horário da realização dos serviços

7.2.1 Os serviços devem ser prestados em uma distância máxima de 90 km da sede do município, visto que viagens muito longas podem acarretar prejuízo a saúde dos pacientes, principalmente idosos e que o custo com transporte a distancias maiores que a citada torna-se inviável para a secretaria.

7.2.2. Os horários de realização dos exames devem ser pré-agendados, de segunda a sexta feira, de 07:00 as 17:00.

7.3 Materiais a serem disponibilizados:

7.3.1 Para perfeita execução do serviço a contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos e todas ferramentas necessárias, em quantidades estimadas e com qualidade necessária.

8.MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação das estratégias para execução do objeto.

9.FISCALIZAÇÃO

9.1A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais de contrato:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO ALTO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SAÚDE E HIGIENE DE SÃO SEBASTIAO DO ALTO

Nome do Servidor: Thais Pinto Lopes
Mat.15/1335-1

Nome do Servidor: Aline Souza da Silva
Mat. 21/0321-08

9.2.Fiscalização Técnica

9.2.1 fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

9.2.2 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

9.2.3 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

9.2.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

9.2.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

9.2.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

9.3 Fiscalização Administrativa

9.3.1O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

9.3.2Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

9.4. Gestor do Contrato

9.4.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO ALTO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SAÚDE E HIGIENE DE SÃO SEBASTIAO DO ALTO

necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

9.4.2 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

9.4.3 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

10. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

10.1 Do recebimento

10.1.1 Os relatórios de serviço, contendo nome do paciente, data da realização do exame, local e nome do exame serão recebidos provisoriamente no prazo de 5(cinco) dias, para assim serem analisados pelos fiscais a veracidade e qualidade do serviço, em contato com a pessoa responsável pelo agendamento e liberarem a emissão de nota fiscal.

10.1.2 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

10.1.3 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

10.1.4 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

10.1.5 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

10.1.6. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não liberar o pedido de nota fiscal com valor correto.

10.1.7. A fiscalização não efetuará o ateste da última realização de serviço até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

10.1.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.1.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 dias a contar do recebimento provisório, após verificação da qualidade e quantidade do serviço prestado e consequente aceitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO ALTO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SAÚDE E HIGIENE DE SÃO SEBASTIAO DO ALTO

10.1.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

10.1.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.2 Liquidação

10.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

10.2.2 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I o prazo de validade;

II a data da emissão;

III os dados do contrato e do órgão contratante;

IV o período respectivo de execução do contrato;

V o valor a pagar; e

VI eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.2.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o gestor deverá avisar ao prestador de serviço para que esse resolva a situação

10.2.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

10.2.5. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.2.6. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.3. Prazo de pagamento

10.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

10.4. Forma de pagamento

10.4.1 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado na nota fiscal enviada.

10.4.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.4.3 Do pagamento será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO ALTO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SAÚDE E HIGIENE DE SÃO SEBASTIAO DO ALTO

10.4.4 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

11.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço;

11.2 Habilitação jurídica

11.2.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.2.2 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede,

11.2.3. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

11.2.4 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista

11.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.3.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO ALTO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SAÚDE E HIGIENE DE SÃO SEBASTIAO DO ALTO

11.3.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.3.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes relativo a domicílio ou sede do fornecedor de serviço.

11.3.6 Prova de regularidade com a Fazenda.

11.3.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.3.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento previsto na lei complementar nº 123 de 2003, estará dispensado da prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal.

11.4 Qualificação econômica/ financeira

11.4.1 certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

11.4.2 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

11.5 Qualificação técnica

11.5.1 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O valor estimado da aquisição é de R\$ 626.976,43, com base no valor médio encontrado nas pesquisas de mercado e tabela SIGTAP, conforme cotações anexas.

12.2 Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados.

12.2. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.2.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União conforme dotações abaixo citadas

101220001.20.040 - 3.3.90.39.00-500	(IMPOSTOS E TRANSF. SAÚDE)
101220001.2.040- 3.3.90.39.00-600	(SUS- CUSTEIO)
101220001.2.040- 3.3.90.39.00-635	(ROYALTIES)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO ALTO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SAÚDE E HIGIENE DE SÃO SEBASTIAO DO ALTO

13. INFRAÇÕES

13.1 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1.1- Comete infração administrativa a contratada que;

- a) Der causa a inexecução parcial do contrato
- b) Der causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano a administração ou ao funcionamento do órgão.
- c) Der causa a inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto de contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude;

13.2- Para as empresas que incorrerem infrações, serão aplicadas as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência quando o contratado der causa a inexecução parcial do contrato sem justificativa.

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar quando praticadas condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar quando praticada as condutas descritas na alíneas "e", "f" e "g".

13.2.4. Multa: moratória de 2% por dia de atraso injustificado com prazo de 30 dias

13.2.5. Multa moratória de 2% por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato, até máximo de 10% pela inobservância do prazo fixado para apresentação, troca ou reposição da garantia. Caso o atraso seja maior que 30 dias, poderá a administração realizar a extinção do contrato.

13.2.6. Compensatória de 15% sobre o valor do contrato no caso de não execução total do objeto.

13.2.7 Antes da aplicação da multa a empresa poderá defender-se com prazo máximo de 15(quinze) dias.

13.2.8 As sanções de impedimento de licitar e contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 lei 14.133/21

São Sebastião do Alto, 02 de setembro de 2024


Camile Pinto Jardim

Mat. 20/0112-12